



ATA Nº 5/2012

DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 7 DE MAIO DE 2012

-----No dia 7 de maio de 2012, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de abril de 2012 da mesma Assembleia, cuja 1ª Reunião se tinha realizado no passado dia 30 de abril de 2012 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 7 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão - ano 2011;***
- **PONTO 8 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do município;***
- **PONTO 9 - *Apreciação das Deliberações da Sessão Ordinária de março de 2012 da Assembleia da Juventude.***

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Dado o pedido de substituição para este dia da Sra. Ana Cristina Olivença (PS), Segunda Secretária da Mesa, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidou para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante esta Reunião, um Deputado Municipal do Grupo do PS, Sr. Carlos Ribeiro (PS). Verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 55 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro M Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	José de Jesus Figueira Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato

PS	Maria Fernanda Pires de Miranda Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Maria Teresa Andrêz Gonçalves
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, nos momentos indicados nesta Ata, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PSD	João António do Rio Rosa Bravo

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DA DEPUTADA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	José Valentim Rosado	1 dia	Rui Filipe Machado de Araújo
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)	1 dia	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim	1 dia	Fernando Manuel Cristino Marreiro



PS	Rui Manuel Furtado Barros Santos	1 dia	Maria Teresa Andrêz Gonçalves
----	-------------------------------------	-------	----------------------------------

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Deputado Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	REUNIÃO
PS	Joaquim Pedro M Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	30/04/2012

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador
PSD	Virgínia Paula V. Marreiros Conceição Silva - Vereadora

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora

-----**PONTO 7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2011:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 513-9.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta introdução, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	20.59
PSD	João António do Rio Rosa Bravo	21.00



Fl. 48v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o parecer do Revisor Oficial de Contas começa por referir que o Município de Lagos teve um resultado líquido negativo de cerca de quatro milhões e novecentos mil euros e depois refere que, exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 12, o exame a que procederam foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, ora isto levanta algumas dúvidas, porque as exceções alteram, profundamente, o resultado, uma vez que no parágrafo 8 do parecer diz que apesar de solicitado pelo Município, não foram obtidas confirmações para saldos bancários ativos e passivos nos montantes de cerca de 217 mil euros e sete milhões e duzentos mil euros, fazendo confusão de como é que pelo menos até ao final de março, não foram obtidas as confirmações dos saldos bancários; referiu que o Ponto 9 do parecer fala da não implementação do sistema de contabilidade de custos e isso limita a análise das contas, apesar de saber que está a ser implementada. Afirmou que o Ponto 10 do Parecer diz o seguinte: “Durante o exercício de 2011 foi transmitida a posição que a Futurlagos detinha no contrato de exploração dos parques de estacionamento com a EL, SA ao Município de Lagos, sendo à data que não existe um estudo que permita aferir qual o montante a provisionar relativo aos défices de exploração esperados durante o controlo de concessão, pelo que não nos é possível aferir qual o montante a registar em provisões para riscos e encargos” e lembrou que no sítio na internet da Futurlagos existe um estudo de viabilidade dos Parques Estacionamento e não compreende porque é que esse estudo não foi aproveitado. Alertou ainda que o Ponto 12 do Parecer do Revisor Oficial de Contas refere que a dívida referente ao pagamento das rendas relacionadas com o Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI não está refletida nas contas, assim como não está refletido o montante a entregar à empresa municipal Futurlagos para cobertura de prejuízos de 2011, no montante de, aproximadamente, oitocentos e trinta e três milhares de euros. Disse que as contas apesar de mostrarem alguma melhoria na demonstração de resultados do Município, não refletem, por inteiro, toda a situação financeira do Município. Relativamente às contas disse que quando são aprovados Orçamentos que são subestimados em termos de receita permite que a Câmara possa lançar despesa para a qual não tem cabimento, o que aumenta a dívida, por isso os Orçamentos têm que ser mais realistas. Disse que a Despesa Corrente é menor do que a Receita Corrente, nos documentos apresentados, mas isso não reflete a verdade porque a Câmara só contabiliza como Despesa Corrente o que já pagou e não acrescenta as despesa por pagar. Referiu que comparando a receita em relação a período homologado, conclui-se que a Receita Corrente cresceu cerca de cinco por cento e a Receita de Capital decresceu trinta por cento, mas a Receita Total manteve-se estável, o mesmo se passa com a Despesa, só que aqui só é tomada em conta a despesa paga e não a faturada. Alertou que os valores referentes a acordos de pagamentos, cerca de dez milhões de euros, também não estão refletidos nas contas, ou seja a dívida da Câmara a fornecedores é muito superior à que é dada a conhecer no Relatório Contas. Referiu que a receita, em 2011, manteve-se estável em relação ao ano anterior e no documento é dito que se verificou um excesso de endividamento



líquido, ultrapassando os limites permitidos, sendo isso uma situação preocupante. Disse que o Plano Plurianual de Investimentos só teve uma execução de vinte e oito por cento, ou seja, é dito que vai ser feita obra mas depois não é feita, mas até pode ser lançada, mas depois não é paga, o que agrava mais a situação financeira do Município. Verificou uma melhoria em relação ao resultado líquido do exercício em cerca de sessenta e sete por cento em relação ao ano de dois mil e dez, mas o que não está correto é aparecer nas contas consolidadas do Município a informação de que o resultado líquido do Município se agravou cinquenta e sete por cento. Resumindo, disse que o Município manteve a receita, numa altura de recessão, o esforço de contenção da despesa não foi o suficiente para parar a espiral de endividamento e de agravamento da situação financeira do Município o que leva a problemas no apoio social que a Autarquia tem que manter e no pagamento a fornecedores, apoiando assim as micro empresas. Sobre o fundo de resgate que o Governo tenciona lançar para as Autarquias, disse esperar que o mesmo não sirva só para pagar às Águas do Algarve, com vista a uma privatização desta empresa, situação com a qual o PSD de Lagos, não concorda.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) começou por dizer que tinha tomado nota no documento de muitas das questões mencionadas pelo PSD, realçando os pontos referentes aos extratos dos bancos e à Futurlagos.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que um Relatório de Contas lido pela oposição é sempre diferente do documento publicado e certificado pelo fiscal único. Referiu que, efetivamente, havia questões levantadas pelo fiscal único que devem ser refletidas e aplicadas em dois mil e doze. Disse que esta questão dos extratos, levantada pelo PSD e agarrada pelo BE, é da responsabilidade dos bancos que fazem o que querem, considerando o levantamento desta questão como “brincadeira de criança”. Referiu que o documento não esconde a dívida, pode-se sim questionar um passivo futuro que está reconhecido em termos de ativo pelo registo do total do bem que foi investido, neste caso o Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI. Afirmou que o documento tem qualidade e nota-se uma melhoria nas contas, em termos gerais, sendo a baixa do resultado operacional, que é o mais importante, a parcela que era desejável ter baixado ainda mais. Referiu que para se estar melhor teríamos todos que viver noutro Município, mas mesmos assim prefere viver em Lagos. Terminou com uma palavra de esperança num futuro melhor.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que alguns dos termos aplicados no documento não os percebe, dando como exemplo: “À data da nossa auditoria o Município de Lagos encontrava-se em mora à segurança social no montante de 97 953, 30 euros referente às contribuições da entidade patronal”. Sobre as reservas colocadas pelo auditor disse que as respostas emanadas pela Técnica Maria Fernanda Gaspar, às mesmas, davam-lhe muitas garantias, uma vez que esta Técnica é uma excelente profissional e quer sempre tudo exemplarmente certo.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que o BE congratula-se com a reação que o mesmo provoca, algumas vezes em alguns elementos do PS, mas não colocou em causa a existência dos saldos bancários, apenas referiu algumas reservas colocadas



Fl. 49v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

pela empresa de auditoria. Referiu que também tinha tomado nota da questão relacionada com a dívida à Segurança Social. Reconheceu o esforço da Câmara Municipal na contenção de várias despesas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que dois mil e onze foi um ano em que se perderam várias oportunidades, entre elas a de lançar o Orçamento participativo, a existência de um Plano de Contenção de Despesas, que fosse do conhecimento público e da Assembleia Municipal. Referiu que o aumento do endividamento é um facto. Constatou um aumento generalizado das taxas e tarifas municipais e por isso é natural um ligeiro aumento na receita. Disse que toda a conjuntura que se vive extra Concelho também contribui para a atual situação da Câmara Municipal. Referiu que o arrastar de problemas do País vai prejudicar os Municípios.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que é pena a oposição não ter lido o Parecer do Revisor Oficial de Contas onde este diz “somos de Parecer que aprovem os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2011”, pelo que se as contas tivessem irregularidades, como foi tentando dizer pela oposição nesta Reunião, o Revisor Oficial de Contas não sugeria a aprovação dos documentos. Anunciou o voto favorável do PS no Ponto em discussão.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) sobre a mora à Segurança Social, disse que este facto é preocupante e se isto fosse com uma empresa privada a Segurança Social já tinha colocado uma ação crime. Disse que o que é preocupante é o facto dos documentos em apreciação não refletirem, concretamente, o estado atual das contas do Município.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PSD não quer atacar ninguém, mas sim, apresentar as suas propostas e dizer aquilo que defende e com o que concorda. Referiu que o PS diz que o Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI está contabilizado, mas não é isso que está referido no Parecer do Revisor Oficial de Contas. Disse que a Técnica da Câmara Municipal concorda com o que foi escrito pelo Revisor Oficial de Contas no Parecer deste. Afirmou que a supervisão é feita com os documentos fornecidos e por vezes falha, sendo exemplo disso o Banco de Portugal que supervisiona os Bancos e viu-se o resultado em relação ao BPN. Disse que há mais de vinte milhões de euros que não estão nas contas e isso é referido nos documentos. Referiu que há irregularidades, mas mesmo assim o PS vai aprovar as contas.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que o Fiscal Único deve ser tido como entidade privada e isenta e reconhecido como tal pela entidade a quem faz a revisão, sendo que o que escreve é um bocado lei, pelo que se os documentos não refletissem as contas reais da Câmara o Revisor não dizia o que leu o Coordenador do Grupo Municipal do PS. Referiu que parecia que o PSD queria que a dívida da Câmara Municipal fosse ainda maior.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que as dúvidas são legítimas, mas as afirmações perdem um pouco de legitimidade. Reconhece que a situação financeira do Município não é boa, mas daí tirar a conclusão de que as contas estão mal é abusivo; as contas estão bem feitas e refletem, exatamente, aquilo



que têm que refletir de acordo com as normas contabilísticas, se não havia um Revisor Oficial de Contas, apesar das reservas que colocou, a sugerir que as Contas fossem aprovadas. Disse que votar contra as contas é votar contra as pessoas que as fizeram. Informou que os Acordos de Regularização de Dívida não constam nos documentos porque as normas contabilísticas dizem que não têm que constar. Reconheceu que os Orçamentos extravasam a realidade, mas isso é assim porque as normas assim o permitem. Disse que as reservas colocadas pelo Revisor Oficial de Contas não interferem com o rigor com que as contas são apresentadas. Em relação aos extratos bancários, disse que o Município solicitou os extratos aos bancos, mas estes não os forneceram. Sobre o estudo de viabilização dos parques de estacionamento referido pelo PSD, disse que o mesmo está ultrapassado e ainda não foi feito novo estudo. Em relação às rendas do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI disse que as mesmas quando forem refletidas nas contas o valor do imóvel também tem que ser tomado em conta. Disse que há dívida à Segurança Social e a Câmara assume isso, sendo que uma consequência pode ser o Estado reter algumas verbas a transferir para a Câmara, mas isso não vai acontecer uma vez que quando a Câmara receber o IMI vai pagar a dívida à Segurança Social, apesar da Câmara ir receber menos cinco por cento da verba que o Estado vai reter de todos os Municípios. Referiu que as taxas e tarifas municipais, em alguns casos, subiram acima da inflação, mas isso aconteceu porque havia margem para aumentar as taxas e as tarifas.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse ter entendido as explicações do Sr. Presidente da Câmara Municipal, apesar de terem maneiras diferentes de ver as coisas. Em relação à verba relacionada com o Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, de cerca de dez milhões de euros, disse ser verdade que este valor vai refletir-se no ativo e no passivo, mas a Câmara não vai pegar no Edifício e entregá-lo ao banco. Disse que o Revisor Oficial de Contas sugere a aprovação das contas com a exceção dos ajustamentos pelo Revisor relatados, ou seja o Revisor Oficial de Contas diz que algumas coisas estão mal e o PSD concorda com o dito. Informou que o PSD Lagos tinha proposto ao Governo para que a retenção dos cinco por cento do IMI por parte do Estado, fosse feita em dois anos e não de uma vez só, ou seja dois e meio por cento em cada ano.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não põe em dúvida o acerto das contas porque não é isso que está em causa, o que está a ser discutido, politicamente, é o resultado de um ano que se reflete em números nas contas, ou seja, não põe em causa o trabalho feito pelo Técnicos.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que “votar contra as contas é votar contra quem as fez”, o que não é o caso, o CDS não colocou isso em causa. O CDS diz que o Relatório não espelha o montante da dívida efetivamente existente do Município, mas nada tem contra quem fez os documentos.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que tinha lido o que o Sr. Paulo Jorge Reis leu do Parecer do Revisor Oficial de Contas, que o BE reconhece algum esforço de contenção, por parte da Câmara Municipal, no entanto ainda não percebeu,

claramente, no documento as contas respeitantes à empresa municipal Futurlagos. Afirmou que não colocava em causa o trabalho feito quer pelos Técnicos da Câmara Municipal, quer pela empresa de auditoria.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que de facto ninguém põe em causa o trabalho dos Técnicos, mas quando é colocado em causa que não consta das contas isto ou aquilo, está a dizer que as contas estão mal feitas e foi nesse sentido que disse que votar contra as contas é votar contra quem as fez.----

-----Posto isto foi submetida à votação os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO 2011**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	0	0	0	19
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	1	1	1	8

-----Seguidamente foi submetido à votação o **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO 2011**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	0	0	0	19
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	1	1	1	8

-----**DELIBERAÇÃO Nº 31/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar os Documentos de Prestação de Contas, o Relatório de Gestão e a Consolidação de Contas da Câmara Municipal de Lagos referentes ao ano de 2011, nos termos consignados na alínea c) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal a 26 de abril de 2012, no uso de competências delegadas pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 28 de outubro de 2009, e dada a conhecer à Câmara Municipal, na sua reunião pública ordinária realizada no dia 2 de maio de 2012.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “A prestação de contas relativa ao ano de 2011, agora apresentada, nesta Assembleia decorre, naturalmente, da atividade desenvolvida no quadro e ao abrigo de um Plano de Atividades e Orçamento aprovado pelo PS, assente na estratégia e opções políticas de gestão que definiram, nas prioridades que estabeleceram, num projeto pelo qual só o PS pode e deve ser responsabilizado. Um projeto, opções e prioridades com que não concordamos, que não subscrevemos e que, por isso mesmo, justificou, na altura, o nosso voto contra e as nossas maiores reservas. Naturalmente e em coerência, mais uma vez, não podemos estar de acordo com os elementos de prestação de contas hoje aqui aprovados, que aliás espelha bem o resultado de algumas dessas opções e prioridades, sendo essa a justificação de princípio para o



nosso voto contra. Uma análise mais detalhada destes documentos não só comprova a justeza das críticas, reservas e apreensões que em tempo colocámos, como agrava ainda a nossa profunda preocupação sobre o rumo definido, a situação que daí decorre e os seus efeitos no desenvolvimento do concelho e na melhoria das condições de vida das pessoas. Basta referir que a preocupante situação do município em relação à dívida a terceiros que em 31.12.2011 totalizava 41 430 342,37 €, dos quais 26 179 785,80 € são relativos a dívida de médio e longo prazo, enquanto que 15 250 556,57 € são de curto prazo. Regista-se um acréscimo de 3 576 405,19 €, cerca de 9% face ao ano anterior. Registando-se um aumento nas dívidas de curto prazo de 8 119 632,39 € em relação ao ano anterior. De salientar que o valor da dívida a terceiros em 31.12.2008 era de 16 015 657,17 € contra os atuais 41 430 342,37 €. E que o saldo de exercício registou um decréscimo de – 411 304,30 €, contra os -90 057,73 € em 2010.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Manuela Goes (BE): “O BE votou contra estes documentos porque apesar de ter verificado alguma preocupação da Câmara Municipal na contenção das várias despesas, apresenta reservas no que diz respeito à empresa municipal Futurlagos.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 20 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 44 minutos.-----

-----**PONTO 8 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-513-12.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que a conta da água aumentou bastante em Lagos, mas mesmo assim continua a dívida da Câmara para com as Águas do Algarve. Referiu que a Informação dá a conhecer a assinatura de um acordo de colaboração entre o Município de Lagos e o de Porto Seguro, no Brasil, tendo-se deslocado ao Brasil, voluntariamente, o Sr. Vereador Paulo Morais e o Sr. Deputado Municipal Carlos Ribeiro, por isso perguntou quem pagou esta deslocação. Disse ter estanhado o facto da Câmara Municipal não ter promovido o tradicional almoço do 25 de Abril. Salientou a manutenção da tradição das “Maias”, o programa de comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, prémio literário Sofia de Mello Breyner, a Hora do Planeta, as hortas sociais e Seja Solidário, poupe e ajude a NECI.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) registou, com agrado, ter já visto resolvidas algumas situações por si mencionadas na última Sessão da Assembleia Municipal, nomeadamente na Avenida Cabo Bojador. Disse comungar da posição tomada pela Câmara Municipal em relação à paragem das obras na EN 125, acrescentando que é um perigo as obras terem parado. Perguntou o que estava previsto para o próximo ano letivo em termos de encerramento de escolas e qual o ponto da situação relativamente aos mega agrupamentos.-----



Fl. 51v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. João Bravo (PSD) solicitou informação sobre a reunião realizada entre a Câmara Municipal e a Direção Regional de Educação e com a empresa Parque Escolar. Perguntou se já havia dados sobre as medidas de contenção de consumo de energia na iluminação pública. Destacou a recolocação de uma placa toponímica na Rua Sra. da Glória, após a rua ter estado oito anos sem a mesma.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) perguntou o que se passa com as obras de requalificação da EN 125, uma vez que as obras foram paradas e o que está previsto para colocar a Ponte D. Maria II de novo a servir os peões e os veículos.-----

-----O Sr. Pedro Santa Rita (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) começou por mostrar a sua preocupação pelo facto de terem parado as obras de requalificação da EN 125, em particular, no cruzamento das Quatro Estradas para a Praia da Luz. Perguntou se o processo que decorre em Tribunal com a Imobiliária da Cacela, que tem a ver com o Grupo Sonae, vai cair depois do que foi aprovado na primeira reunião da presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a posição da AMAL em relação à paragem das obras de requalificação da EN 125.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, em relação à dívida do Município para com a empresa Águas do Algarve, e com a ALGAR, disse que a dívida está entre os sete e os oito milhões de euros e que brevemente irá reunir com as empresas no sentido de definir o método da regularização da dívida. Disse que o acordo de Amizade com Porto Seguro foi assinado, em nome da Câmara Municipal de Lagos, pelo Sr. Vereador Paulo Morais que integrou uma comitiva de que fez parte o Sr. Deputado Municipal Carlos Ribeiro, que pagaram do próprio bolso, contra a vontade do Presidente da Câmara, uma vez que é da opinião que as viagens feitas em representação do Município, não são viagens de turismo, como algumas pessoas pensam, tendo Porto Seguro pago a estadia e a alimentação. Informou que o Almoço do 25 de Abril não foi organizado pela Câmara porque esta não tinha capacidade para suportar o encargo, não tendo ainda pago o encargo relativo ao almoço de dois mil e onze. Sobre o próximo ano letivo informou que tudo está praticamente acordado entre a Direção Regional de Educação, os Agrupamentos de Escolas e o Município de Lagos, ou seja, vai ser criado o segundo mega agrupamento, e vão encerrar as escolas do primeiro ciclo do ensino básico do Sargaçal e a nº 2, conhecida pela Escola dos Bombeiros. Em relação à reunião com a Parque Escolar disse que foi debatida a problemática da paragem das obras de requalificação da Escola Secundária Júlio Dantas e dos acessos para a escola, bem como do estacionamento da escola. Disse que as medidas de contenção de energia produziram na EDP uma sanha de cobrança do que antes esta empresa não cobrava ao Município, o que produziu um efeito perverso, uma vez que o Município consome menos energia mas está a pagar mais. Sobre a paragem das obras de requalificação da EN 125, disse que todos os Presidentes das Câmaras Municipais do Algarve têm demonstrado preocupação em relação à paragem das mesmas, mas onde está a dar mais prejuízos é no barlavento vicentino. Acrescentou que foi



informado de que as obras de requalificação da EN 125, tal como estão projetadas irão ser retomadas durante o presente mês de maio, o que significa que a variante de Odiáxere irá ser feita. Informou que o processo judicial com a Imobiliária da Cacela cai quando for assinado o protocolo entre o Município de Lagos e o Grupo Soane.--

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou que a Assembleia Municipal não teve nenhum custo com a deslocação do Sr. Deputado Municipal Carlos Ribeiro ao Brasil.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) registou, com agrado, o voluntariado demonstrado pelo Sr. Vereador Paulo Morais e pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Ribeiro, ao pagarem as suas próprias viagens ao Brasil, em representação do Município, dando um exemplo de contenção por parte dos eleitos locais. Sobre o almoço do 25 de Abril disse ter tido pena de o mesmo não ter sido realizado pela Câmara Municipal, opinando que a realização do mesmo poderia ter passado para a Assembleia Municipal. Ainda sobre o almoço do 25 de Abril disse que não percebeu o porquê do almoço realizado em dois mil e onze ainda não ter sido pago e perguntou se os cinco euros pagos pelas pessoas que estiveram presentes no almoço realizado no ano mencionado já tinham sido entregues à Adega da Marina, local onde se realizou o almoço. Louvou o grupo da sociedade civil que se prontificou a organizar o almoço do 25 de Abril deste ano, mas acrescentou que alguns que fizeram parte dessa organização, nunca participaram em almoços do 25 de Abril organizados pela Câmara Municipal. Destacou as atividades levadas a cabo pelas Juntas de Freguesia e destacou a Feira do Folar, organizada pela Junta de Freguesia de Barão de S. João, e os bailes em Odiáxere. Realçou ainda a iniciativa “todos os caminhos da leitura vão dar a Lagos”. Deu ainda os parabéns ao Conselho Municipal da Juventude de Lagos, pelas atividades promovidas.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) perguntou se o Sr. Deputado Municipal Carlos Ribeiro tinha deslocado ao Brasil em representação da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que o Sr. Carlos Ribeiro não se deslocou ao Brasil em representação da Assembleia Municipal, embora tenha levado uma mensagem do Presidente da Assembleia Municipal para os colegas autarcas de Porto Seguro, juntamente com o livro da história da Assembleia Municipal pós 25 de Abril de 1974. Acrescentou que o Sr. Carlos Ribeiro foi a Porto Seguro a convite deste Município brasileiro.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que quando as pessoas querem as coisas realizam-se e exemplo disso foi o almoço do 25 de Abril, organizado pela Junta de Freguesia de Odiáxere, que contou com a participação de cerca de cento e vinte participantes, os quais pagaram cinco euro cada, tendo sobrado quarenta e oito euros. Disse ainda que outras iniciativas foram realizados no dia 25 de Abril organizadas pela Junta de Freguesia de Odiáxere.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que tinha ficado por responder, por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a questão da Ponte D. Maria II.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, informou que as obras na Ponte D. Maria II não devem estar concluídas antes do verão, infelizmente. Disse que inicialmente o valor da obra seria de cerca de duzentos mil euros, mas já está em



Fl. 52v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

cerca de um milhão de euros e isso implica formalismos de contratação, de projeto e de obra que não se compadece com o tempo que sobra, pelo que a não ser que haja o milagre, designado por “milagre do Pingo Doce”, não vai haver ponte no verão. Terminou dizendo que as Juntas de Freguesia organizam e fazem sempre coisas muito bonitas, embora a Câmara também as vá fazendo, não fazendo tantas nesta altura por dificuldades de tesouraria.-----

-----**PONTO 9 - APRECIACÃO DAS DELIBERAÇÕES DA SESSÃO ORDINÁRIA DE MARÇO DE 2012 DA ASSEMBLEIA DA JUVENTUDE:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-513-13.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pela Mesa: “A Assembleia Municipal apreciou os Documentos apresentados na Sessão Ordinária de março de 2012, da Assembleia da Juventude, realizada no dia 22/03/2012, congratula-se com a apresentação dos mesmos, releva a participação cívica dos jovens e delibera remeter esses Documentos às entidades neles referidas.”-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a Proposta apresentada pela Mesa, foi a mesma colocada à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 32/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, aprovar a Proposta apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NA DELIBERAÇÃO TOMADA:** Nas deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 23 horas e 30 minutos, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu,.....

.....,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--